

O CONHECER MILITANTE DO SUJEITO IMPLICADO: O DESAFIO EM RECONHECÊ-LO COMO SABER VÁLIDO

Emerson Elias Merhy

*Quem já leu a tese de Antonio Sergio Arouca (1975),
O Dilema Preventivista,
sabe do que se está falando neste texto*

Lendo o resultado da pesquisa de um aluno, via, que em um certo momento da sua análise dos dados ele tinha dificuldades, que não me pareciam articulados a uma escolha equivocada do método e nem de erros no seu percurso metodológico. Tudo, antes, dava a noção de que este aluno tinha feito, em termos epistemológico, todos os procedimentos corretos. Havia considerado inclusive o seu interesse como parte das discussões iniciais, pois tinha aprendido que não há pesquisa desinteressada e pesquisador neutro. Mas, a sensação que eu tinha na minha leitura era que algo tinha escapado. Só a idéia de não neutralidade não resolvia.

Quando tive a oportunidade de conversar com este pesquisador se ele também tinha percebido aquela dificuldade no momento da análise, percebi que ele ficava com um certo incomodo para falar disso. Insisti, dizendo que tinha algo mais delicado acontecendo com ele, pois o estudo parecia que mobilizava algo mais do que suas opções ideológicas e teóricas. Disse-lhe que a idéia de sujeito interessado não retratava o que ocorria e que, provavelmente, ele tinha se defrontado consigo mesmo no material. Sugeriu-lhe que a pesquisa tinha-lhe colocado em auto-análise, enquanto sujeito social.

Como esta conversa ocorreu fora das salas escolares, aparentemente em um encontro informal, o aluno, diante da minha fala, disse: tenho a sensação, e fico irritado com isso, que os resultados negativos que encontrei na pesquisa foram devido a minha incapacidade de ser um

bom dirigente de equipes de saúde. E continuou dizendo, descobri que preciso aprender novas ferramentas para atuar e, por isso, não me sinto bem, diante do que vi no campo de investigação.

Pois bem, este pesquisador estava estudando como tinha se implantado e desenvolvido um certo modelo de assistência à saúde, num dado lugar, sendo que ele tinha sido um dos dirigentes e responsáveis por isso. Ou seja, ele tinha sido um dos apostadores na construção de uma nova modalidade de trabalho em saúde, cuja centralidade seria as necessidades dos usuários. Acontece que o estudo mostrou, em um certo momento, que os resultados não eram tão interessantes assim como esperava, havia encontrado “falhas” neste processo que imputava a si mesmo. E, isso era tão pesado que não conseguia tratar desta questão de modo mais claro. A pesquisa sangrava parte de si mesmo, parte do próprio pesquisador.

Para melhorar a discussão voltei a falar da insuficiência da noção de pesquisador interessado, dizendo que todo pesquisador, como já está consagrado pelas discussões sobre o “fazer ciência”, é, além de sujeito epistêmico, ou seja, portador de teorias e métodos que lhe permitem se debruçar e estudar certos objetos da ciência, um sujeito ideológico, um sujeito “cultura”, ou seja, um sujeito interessado que dá valor a certas coisas e não outras, que tem certas opções e não outras, que tem certas concepções ideológicas e não outras.

Porém, eu disse este não é o todo do seu problema. O seu problema é que além de sujeito interessado você é um sujeito implicado.

Você é o pesquisador e o pesquisado. E, assim, o analisador e o analisado. Você é um sujeito militante que pretende ser epistêmico e os desenhos de investigação que temos como consagrados no campo das ciências não dão conta deste tipo de processo. Precisamos pensar melhor sobre isso e encontrar novas pistas.

Todos que temos participado de atividades comprometidas com a produção do conhecimento no campo da saúde, vivemos situações semelhantes quanto a possibilidade de criar parâmetros metodológicos e científicos que legitimem e validem aquela produção.

Na Saúde Coletiva, no rastro da Saúde Pública em geral, ou mesmo da Medicina Social Latino-americana, temos trabalhado com dois grandes caminhos científicos para conformar os processos de investigação. De um lado, o mais consagrado deles, em termos de reconhecimento e aceitação pelos pares, é composto por estudos que obedecem a desenhos investigativos, nos quais é claro e fundamental a separação entre o sujeito do conhecimento e o seu objeto de estudo; de outro lado, ainda consagrado, mas não tão hegemônico como o anterior, é o conjunto dos estudos que reconhecem a íntima relação entre sujeito e objeto, criando métodos de pesquisas que transformam esta “relação-contaminação” em componente dos procedimentos epistemológicos, e que devem ser trabalhados na investigação da forma a mais objetiva possível.

No primeiro, a possibilidade de positivar a relação sujeito e objeto é dada pela conformação de um método científico que garanta a objetividade do conhecimento produzido; no segundo, a incorporação do subjetivo, como constitutivo da íntima relação entre sujeito e objeto, deve ser operada pelos métodos de estudo para permitirem o seu tratamento como uma componente qualitativo fundamental, mas objetivável.

Em ambos busca-se a garantia de um método que permita, de algum modo, a construção da premissa de que o sujeito que se compromete com a produção do conhecimento, só o fará se for objetivado como sujeito epistêmico, portador de uma maneira precisa de investigar e de um conjunto de conceitos, que lhe direciona na ação sobre o campo empírico e na explicação ou compreensão, como garantia da

objetividade do conhecimento produzido, paradigmaticamente imaginado, como aquele que poderá fazer sentido e significar verdades para os outros, mesmo que estes não saibam disso; e assim, validando-se como ciência e como conhecimento cientificamente legitimado.

Ler estudos, já clássicos, produzidos no Brasil – ou América Latina – sobre a produção do conhecimento na Saúde Coletiva, como os livros de Maria Cecília Minayo (1994) e de Mario Testa (1997), sobre o assunto, sem dúvida instigantes e ricos nas reflexões propostas, ou nos avanços para o entendimento mais abrangente e crítico sobre as próprias condições da produção do conhecimento e sua marcante natureza histórica e social -, não tem permitido resolver de modo mais explícito ou dar conta plenamente das situações vividas, hoje, neste território de saberes e práticas, por muitas pesquisas que vem sendo produzidas. Pois, estas situações não tem se configurado como possíveis de serem capturadas pela construção pressuposta do sujeito epistêmico, para operar, depois, com garantias de objetividade e cientificidade, a construção de formas de conhecimentos e de saberes enquadráveis no campo legitimado e validado como científico. Seja sob a capa da investigação objetiva das ciências duras, seja sob a das ciências históricas e sociais.

Os desenhos de investigação, reconhecidos como do campo da ciência, já apontados, têm como aposta comum que a validação do conhecimento produzido se dará no campo de encontro entre sujeitos epistêmicos, armados com suas teorias e métodos. Nos estudos da saúde que necessitam abordagens do campo das ciências históricas e sociais, as reflexões de um autor como Mario Testa são muito ricas, pois procuram entender a constitutividade destes sujeitos epistêmicos, como situação *a priori* de qualquer pesquisa. Testa, neste seu livro *Saber en Salud*, com uma analítica sofisticada e brilhante, revela o quanto os sujeitos epistêmicos são subsumidos às lógicas do poder, da ideologia e dos afetos (fala inclusive do sujeito amoroso neste processo), nos

distintos contextos históricos; sendo estes componentes constitutivos dos mesmos e, portanto, de seus modos de operarem a construção dos conhecimentos e suas validações. Entretanto, quando procura uma saída para o tema da construção do conhecimento subsume a necessidade do sujeito epistêmico se impor, dentro do que “uma certa ciência” tem instituído, ou deve instituir, em nossas sociedades contemporâneas. O que, de um ponto de vista otimista e amoroso, pode nos convidar a ver outras ciências sendo feitas, por aí. E é nisso que estamos embarcando nesta reflexão.

No Brasil, e creio que em outras partes também, devido a presença cada vez mais significativa de trabalhadores de saúde, ou mesmo de usuários de serviços, que vêm participando do processo de Reforma Sanitária – desencadeada desde o período das lutas pela democratização contra a ditadura militar, de 1964 à 1984, e em institucionalização como política pública – que buscam parcerias com núcleos de pesquisadores, da universidade ou de ONGs, para estudar seus próprios processos de intervenção, na busca da mudança de direcionalidade dos serviços e das práticas de saúde, temos vivido situações mais complexas, do que as acima relatadas, no que toca o tema da produção do conhecimento e a constitutividade dos sujeitos que o produzem.

Isto, porque, nem todos estes trabalhadores colocam para si, como tema de investigação, questões enquadráveis nos desenhos mais clássicos das ciências duras ou histórico-sociais. Muitos procuram submeter a processos investigativos o seu próprio agir, trazendo, com isso, para a análise o seu próprio modo de dar sentido ao que é problema a ser investigado, no qual também significa claramente a si mesmo e aos outros. Ou seja, traz antes de qualquer situação epistêmica a sua implicação, criando uma situação não típica como as investigações a que estamos mais envolvidos; pois, agora, o sujeito que ambiciona ser epistêmico está explicitamente subsumido na sua

implicação, na sua forma desejante de apostar no agir no mundo de modo militante, não se reduzindo ao sujeito subsumido ao poder e à lógica ideológica, como o sujeito epistêmico imaginado pelos procedimentos científicos contemporâneos¹. Aqui, nestas novas situações, a conformação do trabalhador como sujeito epistêmico está marcada pressupostamente pelo seu lugar como sujeito militante implicado.

Por isso, trazemos para o debate estas as investigações e o desafio que colocam para se operar validações de conhecimentos militantes, tendo como pressuposto que o encontro para isso não se dá *a priori* entre sujeitos epistêmicos, mas entre sujeitos implicados, que podem se reconhecer ou se negar, no outro. O desafio, então, fica pela possibilidade de operar a produção de saberes que são verdades militantes, que fazem sentido para certos coletivos e não outros (para agrupamentos que também estão instituídos mas não no território oficial do científico), mas que permitem aos sujeitos implicados agir sobre o mundo e determiná-lo, na direção de rumos nem sempre previstos, não necessariamente subsumidos às lógicas dos poderes, das ideologias e dos afetos instituídos.

Inclusive, este desafio alarga-se, na medida em que devemos imaginar que a produção da validação de um saber militante, como conhecimento legítimo e saber para os outros, passa também pela própria exposição dos interlocutores acadêmicos ou científicos nas suas implicações, não só nos seus interesses. Estes devem assumir como uma necessidade comunicativa (na linha habermasiana) que o processo de validação ocorrerá pelos diálogos das várias implicações em jogo, que se reconhecerão dando sentidos entre si, mesmo que se oponham, posicionando-se no espaço público quanto a este processo de validação do saber e de suas consequências.

¹ - vale olhar Levy Strauss e sua discussão sobre outras formas de produzir conhecimentos em seu texto sobre o Pensamento Selvagem, ou mesmo Varela e sua discussão sobre o conhecimento meditativo e a construção de saberes).

As instituições acadêmicas, como as universidades e seus cientistas, têm tido dificuldade em trabalhar com estas situações, que no nosso núcleo de trabalho – na Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, no Brasil – temos tomado como uma das questões fundamentais para nossas reflexões, diante das quais temos gerado estudos abertos a diálogos instigantes e polemizadores com os modos como, classicamente, vêm se validando o conhecimento científico, no campo da saúde coletiva, no Brasil.

Diálogos com pensadores muito variados, como: Paulo Freire (1975), Carlos Matus (1996), Habermas (1997), Lourau (1995), e outros como Cecílio (1994) e Campos (1992), além de Testa (1007) e Minayo (1994), já citados, têm nos permitido refletir sobre estas questões e apostar em estudos desta natureza, inclusive por estarmos implicados explicitamente com a busca de um fazer a reforma sanitária brasileira de modo democrático e justo.

* * *

Em Paulo Freire (1975), buscamos uma analogia entre a noção de que a cultura não pode ser externalizada e arrancada do sujeito (coletivo ou individual) que é sempre um “sabido” por ser portador de saberes, isto porque a cultura lhe é constitutiva, como uma pele; por isso, este sujeito é também cultura e seu produtor, o que constitui um pressuposto básico do seu estar e ser no mundo. Procuramos olhar a implicação sob o mesmo ângulo. Não é possível pensar o sujeito em ação sem sua implicação.

Matus (1996) nos oferta uma reflexão muito ampliadora sobre o sujeito em situação como cognoscente, inclusive identificando certas zonas de cegueiras como sua constitutividade, ou mais ainda, afirmando que a própria situação é o modo como o sujeito recorta interessadamente a realidade, na qual se significa e sob a qual se debruça com a sua ação e

saberes, e a partir da qual não pode “enxergar” um hipotético real como totalidade. No seu livro *Política, Planificação e Governo* sistematiza toda esta sua abordagem, nos brindando com uma reflexão sobre a maneira como vê teoricamente a produção social, na qual concebe sobre este estado situacional dos sujeitos, demonstrando porque os atores sociais não podem pretender a plena visão do real. Para esta autor o sujeito é sempre situado, podendo ser um tipo de sujeito em certas situações e outro tipo em outras. Aspecto muito relevante e bem enfatizado por Mario Testa (1993), que também afirma sermos muitos tipos de sujeitos ao mesmo tempo, podendo em certas situações não o sermos efetivamente.

Mas, entre estes autores algumas semelhanças param por aí, pois Mario de forma enfática diz que Carlos Matus com sua proposta acaba por tecnificar a política, por tentar conceber uma certa maneira dos atores agirem, com efetividade, na busca da mudança desejada, e associar isto como o portar um método de agir, denominado pelo próprio Matus de Planejamento Estratégico Situacional (PES), que lhe daria a capacidade de acumular suficientes poderes para apostar no êxito de seus projetos mudancistas.

Mario Testa (1993) critica, para nós corretamente, o que consideramos uma grande fragilidade nesta reflexão intrigante de Matus. Pois, apesar de gerar idéias ricas sobre o sujeito social, suas intencionalidades e modos de agir na construção da própria realidade, acaba nos sugerindo que há um método mais correto que outros para garantir que o agir transformador dê certo, e nos brinda com uma receita para a ação entre atores sociais, em todas as situações que considera de confronto estratégico, que apostam distintamente nos rumos da realidade, situacionalmente recortada.

Entendemos como contribuição, no debate sobre o sujeito implicado e sua produção do conhecer militante, partes deste pensamento ofertado por Carlos Matus, em particular quando entende esta mútua

constitutividade do sujeito e da situação, mas como Testa, de fato, não entendemos como necessário receitar caminhos para a ação de qualquer sujeito implicado como mais corretos que outros; inclusive porque consideramos que as implicações de Matus, em relação a esta sua proposta de um método como o PES, parecem desenhar projetos que vêm, na conformação das máquinas gestoras de políticas, a necessidade de se constituir elites tecno-políticas operadoras centrais das mesmas, revelando sua forte inspiração tecnoburocrática.

Consideramos que o que gera de proposições que abrem para os sujeitos situados as redes de conversas - sobre suas intencionalidades ao recortarem a realidade de formas positivas ou negativas, permitindo-lhes “olhar” para os outros, que aí estão também implicados -, um dos momentos fortes das suas propostas, além da noção de que certos conceitos são poderosas ferramentas por viabilizarem as reflexões dos sujeitos em ação sobre este processo permitindo-lhes analisarem a si mesmos, através dos seus próprios agires e intenções. Semelhantemente ao que Castoriadis (1986) diz sobre a teoria no processo psicanalítico, no qual ela opera como ferramenta a auxiliar a ação analítica e não para capturá-la em quadros referenciais já constituídos.

Habermas (1997) nas suas propostas sobre a construção social da ação comunicativa tem nos ajudado a pensar, no debate em questão, a constituição de processos sociais da validação argumentativa entre atores sociais, dando-nos elementos para imaginar o encontro de sujeitos sociais e os seus distintos processos de conformação legítima da verdade argumentativa enquanto situação tipicamente social, de um para outro e vice-versa. Na ciência e para além dela.

É com os analistas institucionais franceses, entretanto, como Lourau (1995) e Guattari (1992), entre outros, que mais nos instigamos, pelo fato de terem tomado a implicação (o sujeito implicado, militante) como parte de seus eixos de reflexão, inclusive esta temática ocupa lugar

nuclear nos trabalhos de Lourau. Se Guattari está centralmente interessado nos grandes interrogadores, que emergem da ação em transversalidade das instituições em fluxos, que vão expondo os acontecimentos a novos modos instituintes, Lourau está implicado com a implicação. Com eles, em particular, nos sentimos estimulados a abrir novas reflexões sobre o entendimento deste processo de construção do conhecer militante do sujeito situado, e vamos buscar em um texto de Regina Benevides (2002) ajuda para respaldar nossas reflexões:

“A noção de implicação, trabalhada pelos analistas institucionais, não se resume a uma questão de vontade, de decisão consciente do pesquisador. Ela inclui uma análise do sistema de lugares, o assinalamento do lugar que ocupa o pesquisador, daquele que ele busca ocupar e do que lhe é designado ocupar, enquanto especialista, com os riscos que isto implica.

Melhor seria dizer, então, análise das implicações, posto que implicado sempre se está. Aquilo para o que as correntes institucionalistas chamam a atenção é a necessidade da análise das implicações com as instituições em jogo numa determinada situação. A recusa da neutralidade do analista/pesquisador procura romper, dessa forma, as barreiras entre sujeito que conhece e objeto a ser conhecido. (Regina Benevides, *A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade*, pp 10)”

Vejamos como podemos nos aproximar mais desta questão.

* * *

Como já afirmamos, temos nos envolvido, em particular em alguns centros de investigação no Brasil, com projetos de estudos que não conseguem ser enquadrados de forma tão “pura” aos modelos propostos para a conformação do sujeito epistêmico das ciências, devido as características das reformas sociais realizadas no país e, em particular na saúde, aos atores implicados com as mesmas que se lançam à busca da produção de conhecimentos de maneira muito singular, como militante desta reforma que se quer conhecer, sob diferentes aspectos, mas sempre para deles usufruir nas suas apostas e ações, como sujeito social seu protagonista.

Com isso, têm-se demandado nas parcerias com pesquisadores das universidades ou núcleos de pesquisas a produção de um conhecer militante de um sujeito implicado que quer este saber para perceber a si, enquanto um coletivo em ação transformadora, com êxitos mudancistas ou não, procurando mapear como isso é ou pode ser possível e, ao mesmo tempo, socializar estes seus saberes e agires transformadores.

Claro que, nestas situações, não estamos diante de sujeitos que objetivamente constróem questões objetos de conhecimento tão nítidos para os outros e isoláveis, como quando pesquisamos o comportamento de variáveis bem conhecidas, matematicamente modeladas, sob a ação planejada e perturbadora de uma variável a mais a ser introduzida no campo de estudo pelo pesquisador, que se constitui como o sujeito que busca conhecer a partir desta experimentação controlada. E, não estamos também, diante de sujeitos que reconhecem que os seus posicionamentos ideológicos, culturais, afetivos ou equivalentes, compõem como pressupostos o campo de estudo, o objeto e as próprias intenções em jogo, como variáveis constitutivas e necessárias de estudos que buscam a compreensão dos atos de sujeitos sociais envolvidos com as práticas de saúde, com a organização destas enquanto fenômeno social, ou ainda, a compreensão das redes de

determinações estruturais destes “fenômenos” sociais e históricos, e assim por diante. Estamos, mesmo, é diante de situações nas quais não é possível ter tão nítido a possibilidade de construção do sujeito epistêmico como um *a priori*, como garantia da cientificidade do empreendimento que busca construir um saber. Por exemplo, como em situações nas quais o sujeito que propõe o que será conhecido está tão implicado com a situação, que ao interrogar o sentido das situações em foco, interroga a si mesmo e a sua própria significação enquanto sujeito de todo estes processos. Enquanto sujeito da ação, enquanto sujeito interessado e que aposta em certas direções para ela e não outras, enquanto sujeito que ambiciona ser epistêmico mas que quer produzir conhecimentos e sistematizá-los para si e para outros, implicado com o seu lugar na ação sob foco.

Ou seja, o sujeito que interroga é ao mesmo tempo o que produz o fenômeno sob análise e, mais ainda, é o que interroga o sentido do fenômeno partindo do lugar de quem dá sentido ao mesmo, e neste processo cria a própria significação de si e do fenômeno. Ou mais, ao saber sobre isso mexe no seu próprio agir, imediatamente e de maneira implicada; chegando ao ato de intencionar o conhecimento através de um “acontecer nos acontecimentos”, como algo que, como um processo, emergisse no silêncio do instituído, provocando “ruídos” no seu modo de dar sentido ao “fenômeno” e a si mesmo, de interrogar-se como o próprio protagonista do processo sob foco analítico, o que lhe faz colocar a si mesmo como objeto, nas suas próprias dimensões de sujeito da ação, sujeitado ou não, e tornando-se mais sujeito da ação com mais ganhos de autonomia neste processo auto-analítico.

O que o faz colocar sob análise os fenômenos que lhe interrogam, a sua implicação e o seu próprio agir enquanto, e ao mesmo tempo, diferente tipos de sujeitos.

Este processo não se dá com o mesmo desenho investigativo das formas mais clássicas de estudos que estamos acostumados e não pode

ambicionar o caminho de gerar antes de tudo o sujeito epistêmico, para depois ter a garantia de que o conhecimento a ser produzido será validado e legitimado como científico.

Neste processo o conhecer demandado será um conhecer militante, um saber que não pode deixar de ser singular, ou quase particular, que faça sentido para quem está no processo sob análise, e que poderá fazer sentido para os outros que compõem o cenário protagônico em interrogação. Ser vários sujeitos sob análise, será um tema para o coletivo que destes processos participam. As várias implicações ficam sob foco, os vários modos de dar sentido e significar o fenômeno sob análise estarão no centro deste processo de construção do conhecimento.

A produção deste saber militante é novo e auto-analítico, individual e coletivo, particular e público. Opera sob os vários modos de se ser sujeito produtor do processo em investigação e em última instância interroga os próprios sujeitos em suas ações protagonizadoras e os desafios de construir novos sentidos para os seus modos de agir, individual e coletivo. Interroga e pode repor suas apostas e modos de ação. Ao passar pela auto-análise das implicações do sujeito, acorda-o do seu silêncio instituído e abre-se para novos sentidos e significações para os fenômenos, reconhecendo-se como seu produtor, re-significando a si e os sentidos de seus fazeres.

Neste tipo de estudo o mais importante do ponto de vista metodológico é a produção de dispositivos que possam interrogar o sujeito instituído no seu silêncio, abrindo-o para novos territórios de significação, e com isso, mais do que formatar um terreno de construção do sujeito epistêmico, aposta-se em processos que gerem ruídos no seu agir cotidiano, colocando-o sob análise. Aposta-se na construção de dispositivos auto-analíticos que os indivíduos e os coletivos em ação possam operar e se auto-analisar.

Em um texto que escrevi junto com outros autores (1997), nos antecipávamos a partes destas questões:

Entendemos que o cotidiano institucional se expressa como uma dobra (uma prega) na qual, de um lado, há o “cenário” do mundo das significações, aliás de vários mundos das significações atravessados e não necessariamente compartilhados pelo conjunto dos agentes em situação institucional e, do outro lado, e talvez pelo cenário pouco estruturado dos atravessamentos dos distintos mundos das significações, opera um mundo distinto, o dos sentidos e sem sentidos, que se mostra através de “falhas” ocorridas no anterior.

Para pensar nisto, vamos nos reportar à vivência que temos no plano individual com o sonho, que muitas vezes aparece para nós como um outro, como algo que é ruidoso, mostrando “falhas” no nosso mundo da identidade, das significações, em que construímos nosso território existencial como o lugar de uma certa referência identitária e de desempenho de certos papéis, onde achamos que ali sabemos quem somos e onde capturamos estes processos diferentes, estranhos. Aí, em um sonho, percebemos que um outro em nós se revela, mostrando que aquele mundo de significações onde nos encontramos, definindo-nos e aos outros, pode ser “esburacado”, pois tudo que já tinha um sentido pode começar a se revelar sem sentido, ou mesmo a mostrar outros sentidos e, em alguns casos, este outro vem com tal força que a “captura” mostra-se difícil.

Como uma analogia, é possível imaginar, para além deste exemplo, no plano individual, que este processo ocorre nos lugares/arenas onde somos agentes institucionais coletivos, no interior de estabelecimentos institucionais como um serviço, com territórios de significações bem definidos (veja a idéia de contratos exposta anteriormente), mas nos quais também opera a existência de processos estranhos que mostram “falhas”, provocando ruídos cotidianamente neste esquema que almeja uma boa funcionalidade e que, sem dúvida, é muito marcado pela natureza e tipo de arena que está formada, pelos tipos de agentes em cena e pelos tipos de disputas que neles estão presentes.

Na dobra do sentido e do sem sentido operam estes “outros/estranhos”, tanto nos planos individuais como coletivos, isto é, há processos ruidosos operando dentro de cada singularidade, bem como entre elas. Além disso, operam buscando e possibilitando novos caminhos instituintes, como

linhas de fuga do que está estabelecido, possibilitando a emergência de novos instituídos no mundo das significações, desterritorializando o anterior para novos e incertos trajetos. Agem como forças que aparecem “do nada” e se fazem presentes de modo não funcional, causando estranhamentos no cotidiano.

Estas dobras, das significações e dos sentidos e sem sentidos, são expressões dos homens enquanto operadores do (e sobre o) mundo na sua busca desejante e criadora, que dá sentidos para si e para o mundo com suas ações, operando como uma máquina viva, não definida em todos os seus contornos, como um devir (poder acontecer), como homens em ação enquanto máquinas desejantes e políticas, criadoras de coisas substanciais a partir da virtualidade do mundo das coisas, do nada, e sendo, portanto, em potencial, uma incerteza em ação. Assim, o cotidiano não é, de modo exclusivo, nem de um lado o aparente/falso e o funcional, em que opera o mundo harmônico das identidades e papéis; nem do outro o lugar só do dissonante, mas sim uma dobra expressiva da simultaneidade destes mundos. O cotidiano é o lugar onde há permanentemente as mútuas invasões dos dois mundos entre si. É, portanto, onde se produz os “estranhamentos”, os “ruídos”, as “falhas” do mundo com sentido no instituído, e cheio de significados, onde os acordos e os contratos existem e funcionam, e ao mesmo tempo onde os instituintes impõem estranhamentos, quebras, linhas de fuga, novos possíveis em disputas.

O homem em ação é paradoxalmente dotado de sentidos, explícitos e não explícitos, um atuante permanente entre um dito e um não dito, mas não porque não queira dizer e sim porque não pode e não consegue dizer tudo, por não ser um “ser pleno de (e da) razão”, por não ser exclusivamente “sujeito enquanto conhecimento”. Enquanto um sujeito desejante, operando inconscientemente tentando produzir um mundo para si, é um agente em ação que não pode ser tomado como o sujeito da razão, consciente, que a tudo pode representar, produzindo em ato, de modo permanente, o consciente e o inconsciente.

Por esta perspectiva, é possível dizer que debruçar-se sobre um serviço de saúde como uma arena de (e em) disputas, sob a ótica da informação, é abrir-se para a produção da informação como uma ferramenta analisadora que pode nos auxiliar para agir nos interstícios dos processos instituídos, ao mostrar os “ruídos” do mundo dos sentidos e sem sentidos sobre o das significações permitindo, a partir deste próprio mundo (o das significações), perceber os ruídos “espontâneos” e “naturais” de

situações cotidianas singulares, ou mesmo os ruídos “provocados”, com pretensão analisadora, que podem possibilitar possíveis aberturas para processos mais públicos, partilháveis entre os operadores do cotidiano e nos quais se possa, através de uma certa tecnologia, atuar conformando novos sentidos para o serviço, enquanto uma certa arena institucional.

Neste terreno reflexivo, junto com outros companheiros, temos pensado a construção do que denominamos de ferramentas disparadoras de situações auto-analíticas para os trabalhadores de saúde, nos seus agires cotidiano, nas organizações e nos serviços de saúde. Temos feito disso uma linha de estudo e investigação e explorado o mais que podemos as suas possibilidades, enquanto modo de produzir novas formas de conhecer, que permitam àqueles trabalhadores se posicionarem como sujeitos do conhecimento, de um novo tipo, ao mesmo tempo que implicados militantemente com e por este conhecimento produzido.

Temos visto que a sua construção epistêmica é secundária e profundamente marcada por esta implicação, e inclusive lhe impossibilita de ser enquadrado como alguém que vai a um serviço de saúde estudá-lo, como um objeto, sob os diferentes ângulos pertinentes e já consagrados da área da Saúde Coletiva brasileira ou da Medicina Social latino-americana.

* * *

As várias possibilidades de participar da construção de estudos marcados por estas características, no plano acadêmico, têm gerado situações nem sempre tão óbvias e tranquilas quando estamos no debate em ato com os investigadores implicados ou mesmo quando estamos em comissões de julgamento sobre a validade do conhecimento produzido.

Aqui, chamamos a atenção para o lugar ocupado por um orientador de uma investigação, ou mesmo de um julgador, quando passa a ser interrogado pelo próprio trabalho de investigação realizado na sua própria implicação, o que passa a exigir dele – orientador ou julgador – uma capacidade de explicitar o jogo de validação também como sujeito implicado, apesar de aparentemente protegido pelas epistemes que porta, ao aceitar um diálogo comunicativo, no espaço público do território da ciência, com o sujeito implicado, militante, que pesquisou. Ocorrendo, então, um encontro entre sujeitos vindos de distintos lugares, um subsumido ao epistêmico expondo-se em ação comunicativa com o outro subsumido à implicação militante, tendo como pano de fundo comum para o encontro as suas implicações como investigadores interessados na legitimação da produção de um novo conhecer.

Com esta postura tenho procurado participar de um diálogo com pesquisadores militantes, tanto como orientador, quanto como avaliador, ou até, como militante.

Apesar de ainda sentir o caminho muito aberto, percebo a sua fertilidade.

Para exemplificar situações vividas, coloco em cena algumas das pesquisas realizadas, de orientandos meus, que me permitiram avançar e compreender melhor as características das produções de conhecimentos, nestas situações aqui imaginadas.

Posso citar os trabalhos de Luiz C. O. Cecilio (1994), Deborah Carvalho (2000), Mauricio Chakkour (2001), Fernando Chacra (2002), Consuelo Meneses (1999) e Alzira Jorge (2002), como alguns que podem mostrar isto que tenho apontado até aqui; mas, neste texto, apresento em particular os trabalhos de Cecilio e Chakkour.

Com a pesquisa do Cecilio (1994) ficou claro, para mim, que a implicação de um militante, que põe sob foco de estudo o balanço da sua própria militância, enquanto um dos protagonistas de processos de reformas sociais – como a vivenciada pela construção do Sistema Único

de Saúde, no Brasil -, obriga-o a ter uma postura mais eclética com as teorias que podem ajudá-lo a compreender a si, neste processo. E, com ele, passo a ter a noção de que o sujeito implicado na construção de um conhecer militante carrega, mais do que uma teoria, uma caixa de ferramentas cheia de “conceitos” e “esquemas explicativos”, que podem lhe abrir várias possibilidades de significar e resignificar a si mesmo como sujeito da e em ação, que fazem ou não sentido para si.

Além disso, o trabalho do Luiz Cecilio tinha a proposta de se desdobrar em reflexões que permitissem pensar os modos de agir dos sujeitos implicados com a reforma sanitária, através da análise de experiências que tinha vivenciado como um dos componentes de um coletivo sujeito, e assim transformasse o estudo em um sistematizador e validador de métodos de ação para a mudança em estabelecimentos de saúde. A sua implicação mostra-se inclusive por colocar em estudo e análise a sua própria caixa de ferramentas para a ação como militante da saúde, inclusive compreensiva, construída e partilhada por um coletivo militante da reforma sanitária brasileira, colocando-a e a si também sob julgamento público. Vale assinalar, que neste tipo de processo põe em cena sua própria forma de entender analiticamente o ocorrido. Isto também está sob julgamento.

O conjunto das implicações são tantas, que o trabalho chama-se *Inventando a Mudança na Saúde*, o que não é pouco; entretanto, é real a intenção de produzir um saber tecnológico sobre a ação transformadora, neste contexto brasileiro, que pudesse encontrar um diálogo validador com os outros coletivos sujeitos tão implicados, quanto, com o fazer a reforma na saúde, mesmo que não perseguindo o mesmo caminho e método.

Sendo também um dos componentes deste coletivo ao qual pertence o Luiz Cecilio, em particular por participar intimamente das experiências que submete a análise, dialogar com a sua produção exigiu de mim, também como orientador, uma exposição de minhas implicações como

sujeito militante em relação ao modo de viver ou ver o próprio protagonismo no interior da reforma em pauta, e assim me expor também a um diálogo, e como tal público, com ele e com os outros que se implicavam pela busca da produção de um conhecer militante da luta pela reforma sanitária no Brasil. Nesta tensão do encontro comunicativo, se vai atrás da validação, ou não, das significações produzidas, enquanto novos saberes. Se vai atrás de outros que vêm neste saber como algo que também faça sentido para eles.

Sem dúvida, esta investigação criava muitas tensões. Uma delas, era marcada pelo caráter pragmático do agir militante que ia compondo sua caixa de ferramentas, na maior parte das vezes, sem colocar-se em interrogação, caminhando de mãos dadas com um utilitarismo que poderia ser muito míope. Por outro lado, na saúde o utilitarismo é um tema pouco simplista, pois quem visa a construção da saúde como algo cujo valor de uso é dado pela possibilidade de constituir modos de vida cada vez mais próprio e autônomo, individual e coletivamente, a perspectiva utilitária é inseparável do próprio projeto político que demarca o agir militante, isto é, na saúde visa-se colocar em xeque a forma como constrói-se a vida para si em sociedade e, ao mesmo tempo, como os outros visam a sua vida enquanto seus insumos, coisa que o capital sabe explorar muito bem. Assim, a saúde sempre tem uma duplicidade utilitarista, que pode estreitar ou alargar as implicações do agir militante ou que podem e devem denunciá-lo.

Deste modo, a investigação desta época colocava uma nova temática como desafio: a de interrogar no próprio processo de pesquisa as implicações sob os seus vários ângulos, ou seja, o de colocar sob análise o sujeito implicado em suas várias dimensões. Com isso, as pesquisas de agora em diante deveriam trazer novos componentes: aqueles que além do estudo do sujeito em ação, principalmente enquanto ator político e governamental, e sua caixa de ferramenta, deveria também estudar as chances que os mesmos tinham em se interrogar, auto-

analisar, significando ou resignificando suas intencionalidades no plano individual e coletivo. Colocar-se sob um diálogo com os outros em torno disso.

Aparece assim a oportunidade de construir outras investigações que buscassem também, além do já descrito, a construção de dispositivos auto-analíticos no campo de estudo, interrogadores em ato dos encontros das várias implicações em jogo, como veremos adiante nas pesquisas e trabalhos realizados com Mauricio Chakkour. Mas, com o estudo do Luiz Cecilio, se fez um dos primeiros grandes exercícios para a construção de uma nova postura em relação a construção da episteme do sujeito implicado, no nosso grupo.

Na longa citação de Benevides (2002), apresentada abaixo, encontro muita identidade com as questões que iam se colocando para nós:

“A ciência possui uma fundação tal como qualquer outra forma de conhecimento, não se distinguindo por uma pureza ou soberania que transcenda ao mundo sobre o qual ela produz os seus efeitos de verdade e de objetividade. É neste sentido que podemos dizer que o conhecimento é uma forma de implicação e de interferência que é ativa na produção tanto do seu objeto quanto do sujeito de um determinado saber ou especialismo.

Estes dois termos (sujeito/objeto) não explicam o processo cognitivo, mas devem antes ser explicados por ele. (...) {segundo as} formulações da Biologia do Conhecimento ou Teoria da Autopoiese de Humberto Maturana e Francisco Varela (...). O impacto da Teoria da Autopoiese nos estudos da cognição se deve muito à sua recusa do modelo da representação (...). Ao contrário, o organismo e, mais especificamente, o sistema nervoso, é concebido como um sistema em rede fechada. A noção de “clausura operacional” busca dar conta desse funcionamento de uma rede que é espacialmente fechada (fechada informacionalmente, não sendo um sistema input), embora aberta temporalmente, já que em constante modificação de sua estrutura (...) em se assumindo este construtivismo radical, já não podemos nos contentar com uma explicação do conhecimento assentada no

idealismo (fundamento no sujeito cognoscente) ou no realismo (fundamento no objeto do conhecimento).

No lugar de campo epistemológico pensamos então em um plano de constituições ou de emergências a partir do qual toda realidade se constrói, desfazendo-se qualquer ponto fixo ou base de sustentação da experiência. O conhecimento científico não escapa desta mecânica, estando ele também constituído sem fundamento substancial, sem natureza mantenedora da sua neutralidade e objetividade. Não podemos, doravante, aceitar a pretensão de um conhecimento desinteressado que apenas desvela a realidade de seu objeto.

Pois conhecer é estar em um engajamento produtivo da realidade conhecida, mas também é constituir-se neste engajamento por um efeito de retroação, já que não estamos imunes ao que conhecemos. Sujeito e objeto se engendram no ato de conhecimento, não restando nenhuma anterioridade, nenhuma garantia prévia.

Em sendo assim, como nortear nossas escolhas teóricas? Como distinguir os conceitos? Paira sobre nós a ameaça do relativismo, que constantemente devemos expurgar. Pois quando abandonamos as garantias do fundamento, o pensamento corre o risco de se perder na indiferença e no relativismo, como se tudo ou nada valesse. É em reação a esta ameaça que devemos afirmar nossas escolhas conceituais e definir nossas posições críticas.

Não há indiferença no trabalho com os conceitos quando sabemos que são operadores de realidade. Neste sentido, eles nos chegam como ferramentas. Um conceito-ferramenta é aquele que está cheio de força crítica. Ele está, portanto, cheio de força para produzir crise, desestabilizar. É assim que entendemos a idéia de “intercessor” (Deleuze, 1990/1992). O conceito é um intercessor quando é capaz de produzir tal tipo de efeito.

Em seu movimento de intercessão os conceitos são imediatamente ferramentas, porque se constroem num certo regime de forças. Não são abstratos, não são dados, não são preexistentes. Eles compõem, o tempo todo, um sistema aberto relacionado a circunstâncias, e não mais a essências. É por isso que dizemos que precisamos inventar conceitos, criar conceitos que tenham necessidade. Cada conceito se relaciona

a um determinado conjunto de forças, ele é parte de um plano onde fluxos diversos se atravessam. O que se pode fazer em relação a um determinado conceito é percorrer suas linhas de constituição, as relações que foi estabelecendo com as variações dos movimentos. (Regina Benevides, A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade, pp. 16-19)”

Na investigação do Chakkour (2001), entre outros trabalhos que realizamos, minhas implicações ficaram mais a flor da pele; pois, de a muito, estava já envolvido com ele (como apresentado no texto citado anteriormente) na experimentação e construção de dispositivos analíticos em estabelecimentos de saúde, com os quais os trabalhadores – protagonistas cotidiano do modo de fabricar o modelo de atenção nos serviços – exporiam suas próprias implicações em discussão coletiva, de modo auto-analítico, para debater e validar suas intenções e modos de agir tecnológico em saúde, na busca de resignificações. Colocando neste processo sob julgo militante a própria maneira de incorporar o mundo das necessidades de saúde e as formas de construir respostas tecnológicas, individualmente e em equipe, para as mesmas, como expressões reais dos tipos de apostas que procuram se impor nos serviços. Nossa implicação com este tipo de intervenção estava dada tanto na construção de situações auto-analíticas, quanto no nosso modo de ver o sentido das ações de saúde como necessariamente centradas no mundo dos usuários, e como tal apontando para a subordinação dos outros interesses e suas éticas em torno deste eixo. Como que procurando subordinar as éticas da políticas, das organizações, das corporações à ética do cuidado em saúde usuário centrado.

Desde textos anteriores (como já mostrei), já vínhamos nos expressando nesta direção e agora com a sua pesquisa nos aprofundávamos, nisto, mais ainda. A aposta em uma cartografia, centrada nos próprios trabalhadores, dos serviços de saúde, que os colocassem no centro da análise como sujeitos implicados, permitindo que se resignificassem

enquanto os vários sujeitos que são, remetendo-se de um para o outro, analiticamente, abrindo as possibilidades coletivas de darem novos sentidos para os seus vários agires, múltiplo, para o campo da saúde como lugar de produção de capacidades de viver, e de todas as possibilidades que isto pode significar, socialmente.

A situação do sujeito implicado com a ação protagônica não promete *a priori* a produção do conhecimento, mas antes de tudo a ação, a construção intencional que dê sentido para o agir em determinados campos da atividade humana, e como tal opera sem precedência epistêmica, como muitos sujeitos: sujeito político, pedagógico, epistêmico, dos afetos, técnico, entre outros. A mobilização para conhecer vem de certos incômodos que a ação protagônica pode gerar como acontecimento, mobilizando que as várias dimensões do sujeito interajam para conduzir a um saber militante, igualmente válido e legítimo, permitindo-lhe compreender “mais” sobre a situação e a ação, para continuar agindo. Neste tipo de processo a implicação é estruturante do processo, coloca-se sob análise a si mesmo em ação e intenção. O processo é obrigatoriamente auto-analítico. Este processo é inacabado e desejante, a relação sujeito e objeto é sempre um acontecendo. O incômodo que mobiliza é também material da análise para possibilitar o conhecimento da mútua relação: sujeito e objeto em produção, em ato militante. Sempre se repondo, como instituído e instituinte. O saber operado e produzido como um misto permanente de conhecimento sobre e conhecimento para.

No estudo do Mauricio Chakkour, procuramos construir e testar ferramentas auto-analíticas destes processos no interior de estabelecimentos de saúde. Para isso, lançamos mão da construção pelo coletivo de trabalhadores, nestes lugares, de um fluxo dos modos de se operar tecnologicamente a produção do cuidado por este coletivo, interrogando-o a partir dos vários encontros gerados, como estranhamento, a que eram expostos se olhados pela ótica da ética de

um cuidado usuário centrado, abrindo territórios de interrogações produzidos em ato por aquele coletivo, que permitiram submeter a análise as várias implicações em jogo, as nossas e as de cada um que pertencia protagonicamente ao cenário em investigação.

Esta cartografia podia ir sendo aberta por cada um e por todos em situação comunicativa, podendo gerar muitas possibilidades de mapeamento. Aliás, cartografar os serviços de saúde de modo centrado no próprio trabalhador, olhando para a cartografia gerada a partir das lógicas centradas no usuário, pode ser exatamente este exercício. Mapear territórios e desterritorializações, que se interrogam, interrogando os sujeitos em suas várias formas de existência, é a sua intenção, permitindo-nos analisar estas relações de muitas maneiras. Por exemplo, sob a ótica das situações de potências que identificamos em cada recorte, o jogo de governabilidade em que estamos. A identificação de situações problemas ou positivas que mapeamos em cada situação. As disputas e tensões que as operam. Os modos como os sujeitos se encontram e se validam. As suas implicações em ato, consigo e com os outros.

Isto em si, produz conhecimento e intervenção, individual e coletiva.

Este saber é também em ato e se implica com o agir militante, além de poder ser validado em uma ampla rede de conversação, mais pública. Inclusive a acadêmica.

BIBLIOGRAFIA

Arouca, A.S. O Dilema Preventivista. Contribuição para a compreensão e crítica da Medicina Preventiva. Tese de doutoramento apresentada junto a Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp. Campinas. 1975.
Baremblit, G. Compêndio de análise institucional, Belo Horizonte: Rosa dos Tempos. 1996.

- Benevides, Regina Benevides A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade, texto divulgado pela internet, em 2002.
- Campos GWS Reforma da Reforma repensando a saúde. São Paulo: Hucitec, 1992.
- Castoriadis, C. Encruzilhada do Labirinto 1. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- Cecílio LCO Inventando a mudança na saúde. São Paulo: Hucitec, 1994.
- Chacra, F.C. Empatia e Comunicação na Relação Médico – Paciente. Uma Semiologia Autopoiética do Vínculo, tese de doutoramento defendida junto ao Curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, do Departamento de Medicina Preventiva e Social, da Faculdade de Ciências Médicas, Unicamp, Campinas, SP, 2002.
- Chakkour, M Processo de trabalho em saúde. Uma cartografia de fluxos e tempos trabalhador centrada. Mestrado apresentado no Curso de Pós Graduação em Saúde Coletiva, do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Ciências Médicas, da Unicamp. Campinas, 2001.
- Freire, P. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Cortes, 1975.
- Guattari F. Caosmose. Rio de Janeiro: 34, 1992.
- Habermas, J. Teoria de la Acción Comunicativa. Madri: Taurus, 1987.
- Jorge, A.deO. A Gestão Hospitalar sob a Perspectiva da Micropolítica do Trabalho Vivo, , tese de doutoramento defendida junto ao Curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, do Departamento de Medicina Preventiva e Social, da Faculdade de Ciências Médicas, Unicamp, Campinas, SP, 2002.
- Lourau R. El campo de coherencia del análisis institucional. Buenos Aires: Cuadernos de Posgrado de la Universidad de Buenos Aires. 1995, 2: 1-70
- Malta, D.C. Buscando novas modelagens em saúde: as contribuições do projeto vida e do acolhimento na mudança do processo de trabalho na rede pública de Belo Horizonte, 1993-1996, tese de doutoramento defendida junto ao Curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, do Departamento de Medicina Preventiva e Social, da Faculdade de Ciências Médicas, Unicamp, Campinas, SP, 2001.
- Matus C. Política, Planificação e Governo. Brasília: IPEA, 1996.
- Meneses, C.S. Unicidade do sistema único de saúde em questão: a integralidade e a hierarquização do cuidado sob a perspectiva do trabalho vivo, mestrado defendido junto ao Curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, do Departamento de Medicina Preventiva e Social, da Faculdade de Ciências Médicas, Unicamp. Campinas, SP, 1998.
- Merhy, E.E. *Em busca de ferramentas analisadoras das tecnologias em saúde in* Merhy, E. e Onocko, R. (orgs.). Agir em Saúde. Um desafio para o público. Hucitec. São Paulo. 1997.

- Merhy, E.E. *Em busca do tempo perdido: a micropolítica do trabalho vivo em saúde* in Merhy, E. e Onocko, R. (orgs.). Agir em Saúde. Um desafio para o público. Hucitec. São Paulo. 1997.
- Minayo, C. Desafio do Conhecimento. São Paulo:Hucitec, 1994.
- Testa, M. Pensar en salud. Buenos Aires: Lugar Editorial, 1993.
- Testa, M. Saber en salud. La construcción del conocimiento. Buenos Aires: Lugar Editorial, 1997.